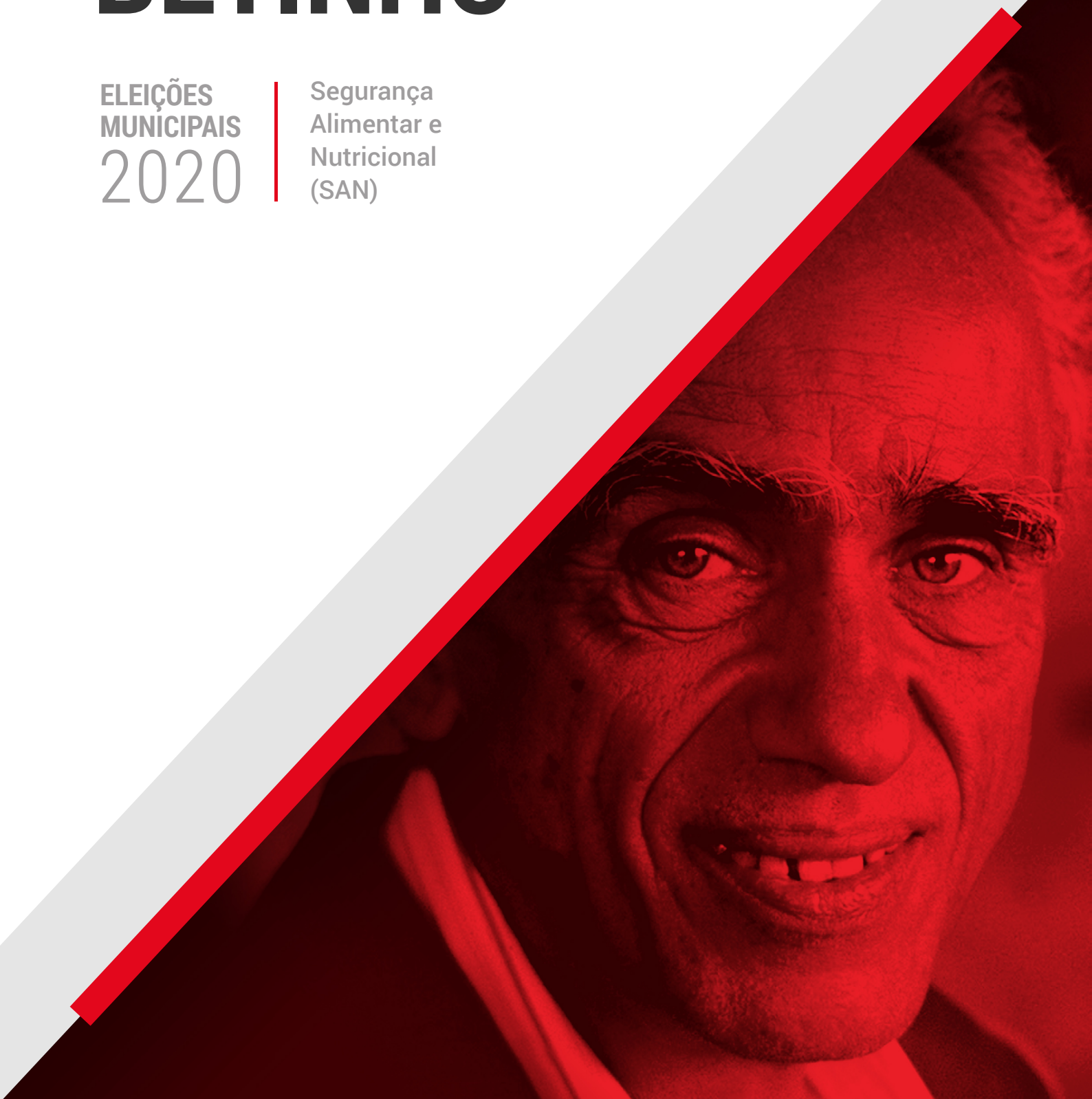




AGENDA BETINHO

ELEIÇÕES
MUNICIPAIS
2020

Segurança
Alimentar e
Nutricional
(SAN)



“ Só a
participação
cidadã é capaz
de mudar o país.

BETINHO

ÍNDICE

-
- 1 A Ação da Cidadania
 - 2 Agenda Betinho 2020
 - 3 Histórico de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil
 - 4 Propostas
 - 4.1 Produção e abastecimento de alimentos saudáveis
 - 4.2 Acesso à alimentação adequada e saudável
 - 4.3 Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)
 - 4.4 Educação Alimentar e Nutricional (EAN)
 - 5 Conclusão
 - 6 Ficha técnica
 - 7 Referências
-



A Ação da Cidadania



Fundada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, a Ação da Cidadania nasceu em 1993, formando uma imensa rede de mobilização de alcance nacional para ajudar 32 milhões de brasileiros que, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estavam abaixo da linha da pobreza. Criada no auge do Movimento pela Ética na Política, a Ação da Cidadania se transformou no movimento social mais reconhecido do Brasil. Ganhou notoriedade internacional com a campanha Natal Sem Fome (NSF), com o objetivo de mobilizar todos os segmentos da sociedade brasileira na busca de soluções para as questões da fome e da miséria. Desde então, a Ação da Cidadania trabalha para estimular a participação cidadã na construção e melhoria das políticas públicas.

O histórico de avanços das políticas públicas para erradicação da fome e da miséria no Brasil aponta relevantes conquistas obtidas devido ao insistente tensionamento da sociedade civil organizada. A Ação da Cidadania durante seus 27 anos pôde acompanhar a criação dos restaurantes populares e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a execução do Programa Fome Zero, a criação do Cadastro Único de Políticas Sociais e o alargamento da cobertura dos programas de transferência de renda. Essas ações contribuíram com a chegada do Brasil em local de destaque internacionalmente e com a sua saída do Mapa da Fome da ONU em 2014.

Contudo, a trajetória das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional não compreende apenas evolução nos últimos anos. As consequências são visíveis por meio dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017 - 2018, que sinalizam o possível retorno do

Brasil ao Mapa da Fome da ONU. Nos últimos anos, além da redução do investimento social, em especial no Programa Bolsa Família, ocorreu o desmonte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN) com a extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em janeiro de 2019. O novo relatório do IBGE com dados referentes aos anos 2017-2018 também sinaliza que 4 em cada 10 brasileiros vivem em alguma condição de insegurança alimentar. Isso significa que em 2018 quase 80 milhões de brasileiros viviam em algum grau de insegurança alimentar, seja por redução da alimentação diária ou pela completa falta de comida na mesa. O Brasil caiu 15% no Índice de Segurança Alimentar, ou seja, 30 milhões de brasileiros entraram na condição de insegurança alimentar desde 2015.

A Ação da Cidadania faz parte da Comissão Organizadora da Conferência Nacional, Popular, Autônoma: por Direitos, Democracia e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, criada por entidades da sociedade civil organizada como forma de resistência e denúncia da medida de extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

A Ação da Cidadania também assumiu compromisso com 03 (três) dos 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), metas globais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), que devem ser atingidas até 2030 por todos os países membros. O foco das ações da entidade encontra-se na erradicação da pobreza em todas as suas formas - ODS 1, na erradicação da fome, no alcance da segurança alimentar, na melhoria da nutrição, na promoção da agricultura sustentável - ODS 2 e na redução das desigualdades - ODS 10.



2

Agenda Betinho 2020

A Agenda Betinho tem como principal objetivo contribuir com a garantia, desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas municipais de Segurança Alimentar e Nutricional em todo Brasil por meio do compartilhamento amplo de propostas desenvolvidas pela Ação da Cidadania com foco no comprometimento da gestão pública e engajamento da população em relação ao tema.

Tendo em vista as eleições municipais 2020, a 1ª edição da Agenda Betinho é direcionada para prefeitos(as), vereadores(as) eleitos(as), equipes técnicas das gestões públicas municipais, rede de Comitês da Ação da Cidadania e sociedade civil organizada (CONSEAS, coletivos, movimentos sociais, ONGs, instituições religiosas, associações de moradores, cooperativas e sindicatos). Neste material são apresentadas 40 propostas distribuídas em 04 (quatro) áreas: Produção e Abastecimento de Alimentos Saudáveis; Acesso à Alimentação Saudável; Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e Educação Alimentar e Nutricional.

Com vista à continuidade do legado de Herbert de Souza, o Betinho, na luta pela erradicação da fome e da miséria no Brasil, a Ação da Cidadania apresenta a Agenda Betinho no ano de 2020 com as seguintes finalidades: orientar candidatos e candidatas ao legislativo e executivo municipais no desenvolvimento de planos de governo comprometidos com a temática Segurança Alimentar e Nutricional; oferecer suporte teórico sobre as Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional para lideranças comunitárias; apoiar as ações de exigibilidade de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvidas pela Rede de Comitês da Ação da Cidadania em todo Brasil; alertar à população brasileira sobre o contexto alarmante de insegurança alimentar e nutricional do país; auxiliar o eleitorado na identificação de candidaturas comprometidas com a Segurança Alimentar e Nutricional;

fortalecer a rede de organizações, entidades, coletivos e outros movimentos atuantes na erradicação da fome no Brasil e pela Segurança Alimentar e Nutricional e, por fim, e não menos importante, contribuir com o alcance das metas da Agenda 2030 com foco nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 01, 02 e 10.

Atualmente, o Brasil vive momentos críticos em que 54,8 milhões de brasileiros estão na linha da pobreza e 15 milhões encontram-se na extrema pobreza, conforme a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2018. Os índices atuais estão regredindo para dados de 2001. O país saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014, conquista celebrada pela sociedade civil organizada atuante na defesa da Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil. Entretanto, pouco tempo após esta notícia, os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam o retorno do Brasil ao Mapa da Fome e pesquisadores e especialistas da área sinalizam dificuldade para reversão da situação. Dados recentes mostram que 84,8 milhões de brasileiros vivem em estado de insegurança alimentar, o que significa 36,7% da população. Em relação à insegurança alimentar grave, os números ultrapassam a parcela de 10 milhões de brasileiros.

Considerando o contexto mencionado de desafios e estado alarmante de insegurança alimentar e nutricional no país, torna-se urgente o comprometimento dos 5.570 municípios brasileiros na identificação desta parcela da população em seus territórios e no desenvolvimento de políticas efetivas de erradicação da fome e da miséria. Por isso, a Ação da Cidadania apresenta passos relevantes neste sentido e recomenda a implementação das 40 propostas na área de Segurança Alimentar e Nutricional presentes na Agenda Betinho considerando a identidade, condições e necessidades de cada território.



Soberania alimentar

é "(...) o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, **respeitando suas próprias culturas e a diversidade**"

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, HAVANA, 2001.

3

Histórico da
Segurança Alimentar
e Nutricional no Brasil

Herbert de Souza, o Betinho, fundador da Ação da Cidadania, impulsionou em 1993 uma grande mobilização social em torno do tema da erradicação da fome, dando origem ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Com ampla participação da sociedade civil, diferentes organizações, coletivos, movimentos sociais e universidades em diálogo com o poder público deram origem a uma série de conquistas legislativas e construção de políticas públicas viabilizando ações estruturais em direção à erradicação da fome.

A sanção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346 de 2006 foi uma grande conquista nesta temática. A LOSAN define Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.



Segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), podemos encontrar os seguintes níveis de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN):

Segurança alimentar

A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Insegurança alimentar leve

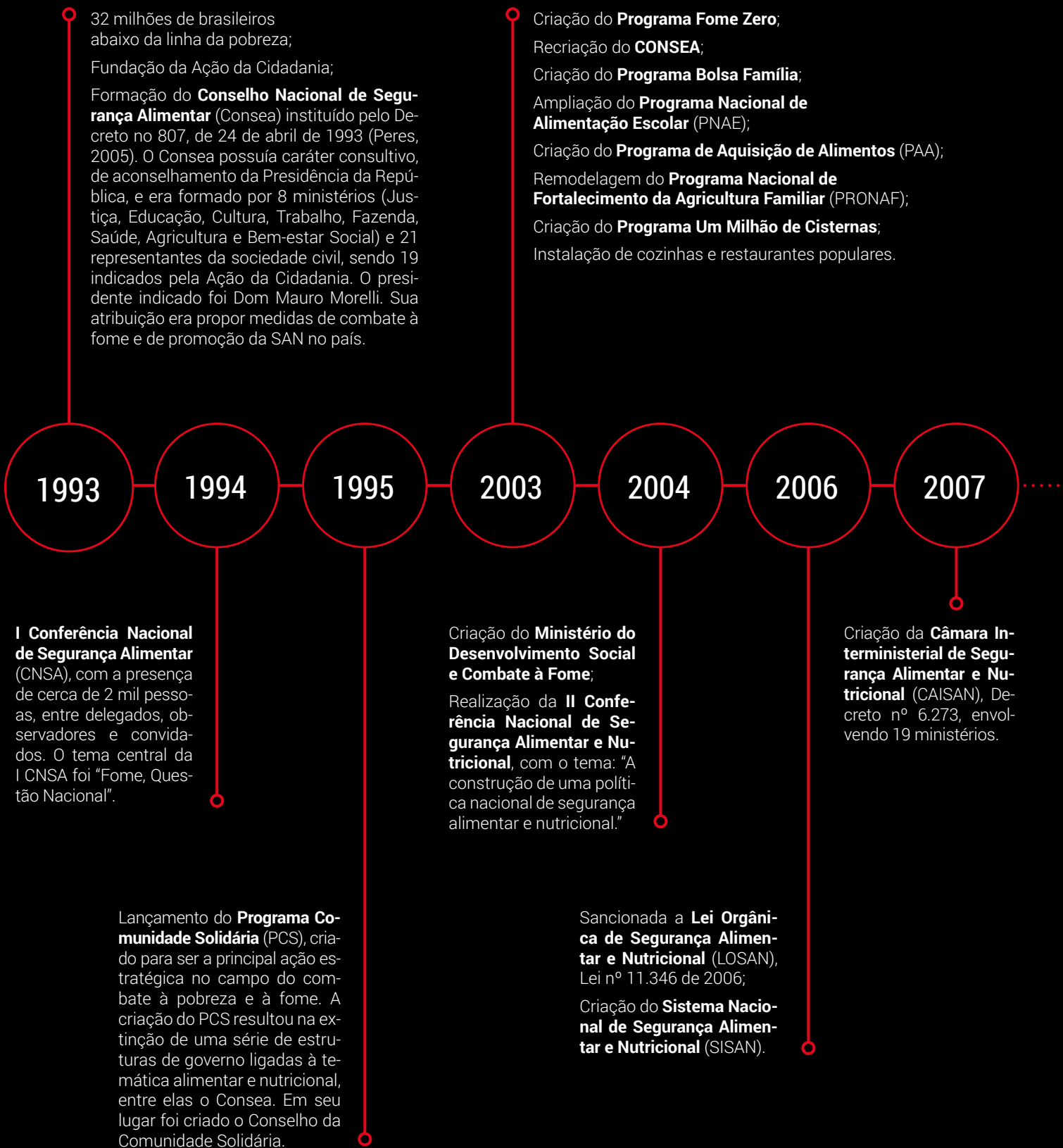
Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.

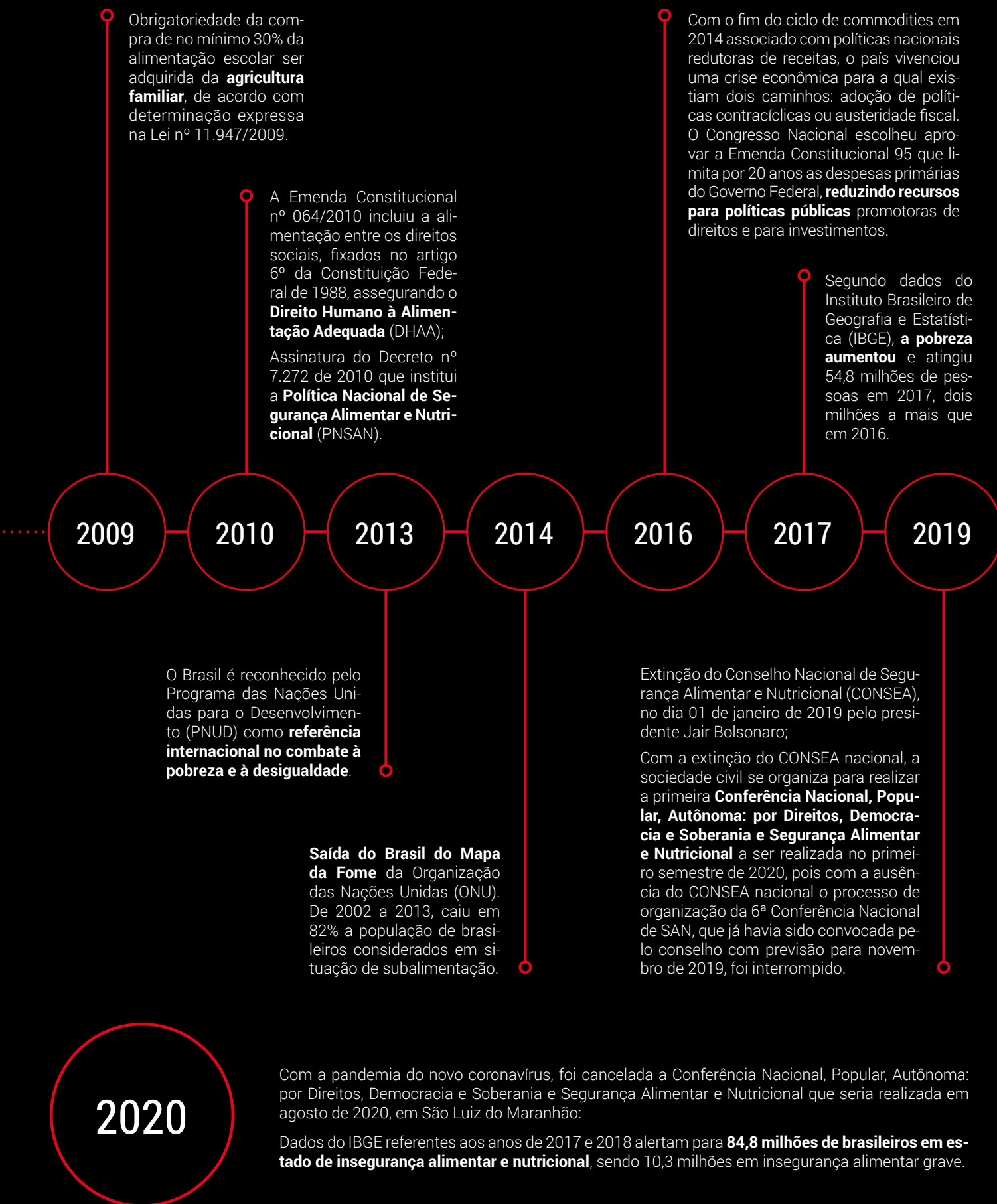
Insegurança alimentar moderada

Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.

Insegurança alimentar grave

Redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.







4

Propostas

Há 27 anos a Ação da Cidadania acompanha o contexto de pobreza crônica do Brasil, e, atualmente, tem observado o agravamento das condições para aqueles e aquelas que precisam continuar em busca de seu sustento em um período crítico.

Em meio a um contexto de crise, a política nacional optou pelo congelamento dos gastos públicos por 20 anos com a aprovação da Emenda Constitucional 95 no final de 2016, fato que aprofunda ainda mais as desigualdades sociais. Desde então, medidas de corte de gastos vêm sendo implementadas, reduzindo investimentos em áreas imprescindíveis para a produção, abastecimento e acesso aos alimentos saudáveis.

Em março de 2020 foi decretado o estado de calamidade pública em todo o país, devido à pandemia da COVID-19, doença respiratória causada pelo novo coronavírus. Iniciou-se, então, o processo de tomada de medidas visando o controle da doença e de seus efeitos econômicos e sociais. No entanto, é perceptível o quanto a crise sanitária mundial vem potencializando o cenário de crise já existente, não só no sistema único de saúde (SUS), como também em outras áreas, gerando novos problemas sociais. É fato que a pandemia do coronavírus atinge toda população, porém, o peso que recai sobre as populações vulnerabilizadas possui uma dimensão consideravelmente maior.

A fome é inaceitável e não é consequência da pandemia. É importante todos os setores da sociedade compreenderem a transformação deste cenário.

Com este propósito, apresentamos a seguir 40 propostas divididas em quatro áreas: Produção e Abastecimento de Alimentos Saudáveis; Acesso à Alimentação Adequada e Saudável; Forta-

lecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e Educação Alimentar e Nutricional.

A lógica utilizada pela Ação da Cidadania para desenvolvimento do grupo de propostas da Agenda Betinho considera o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), promotor de conexão entre as diferentes instâncias responsáveis pela promoção, garantia e avaliação das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Além disso, destaca os principais atores do processo de produção de alimentos, os pequenos agricultores, e prioriza medidas de garantia de suporte para a produção e comercialização de alimentos.

Ainda neste sentido, é conferido destaque para a urgência da promoção do acesso da população aos alimentos saudáveis e de base agroecológica, tanto pela temática da transferência e geração de renda, quanto pelo incentivo à plantação de alimentos. E, por fim, é evidenciada a valorização de medidas educativas promotoras de conhecimento agroecológico, de processos alimentares envolvendo a produção e o consumo e é garantida a visibilidade à relevância dos costumes de povos e culturas tradicionais.

A fome é consequência especialmente da destruição de políticas públicas que ajudaram a tirar o país do Mapa da Fome da ONU. Por isso, convocamos a sociedade a priorizar as ações e propostas que revertam os efeitos trágicos da fome de dezenas de milhões de brasileiros. O momento é de Ação, não dá mais para esperar.

**Quem tem fome,
tem pressa!**

Segundo a **Pesquisa de Orçamento Familiar (POF)** 2017-2018, o percentual de pessoas em insegurança alimentar nas áreas rurais chega a quase 50% da população. Só na região sudeste temos quase 5 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar grave, o que caracteriza não ter o que comer. No nordeste o percentual de pessoas em situação de insegurança alimentar grave é 3 vezes maior que o sudeste e na região norte, 4 vezes.

Produção e abastecimento de alimentos saudáveis

Nos últimos anos, cortes de gastos públicos vêm sendo implementados reduzindo investimentos em áreas imprescindíveis para a produção e abastecimento de alimentos saudáveis, como redução de verbas para os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e a diminuição de créditos para os pequenos agricultores responsáveis por colocar 70% dos alimentos saudáveis na mesa dos brasileiros.

O fomento da agricultura familiar gera emprego e renda no campo, movimenta a economia local, garante alimento para consumo próprio e para comercialização nas cidades, promovendo também a soberania alimentar. Com o acesso à terra extremamente desigual, onde os interesses do agronegócio se sobrepõem a produção de base agroecológica, povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas e assentamentos devem ocupar posição prioritária nas políticas municipais. Neste sentido, são elencadas a seguir

treze propostas elaboradas pela Ação da Cidadania como ações prioritárias para a linha de Produção e Abastecimento de Alimentos Saudáveis a serem implementadas de forma comprometida em nível municipal.

“Temos que mostrar que a terra tem tudo a ver com a cidade. As migrações, a violência, a fome e a indignância podem ser consideradas resultados do mau uso da terra. A fome é exclusão. Da terra, da renda, do emprego, do salário, da educação, da economia, da vida e da cidadania. Quando uma pessoa chega a não ter o que comer, é porque tudo mais já lhe foi negado. É uma espécie de cerceamento, ou de exílio. Exílio da terra.”

BETINHO

13 MEDIDAS PRIORITÁRIAS SUGERIDAS PELA AÇÃO:

1	Elaborar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) municipal para comprar alimentos da agricultura familiar e distribuir para famílias em situação de insegurança alimentar por meio de organizações da sociedade civil (movimentos sociais, instituições beneficentes, associações de moradores, ONGs, coletivos e outros) e equipamentos públicos (bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares).
2	Suprir no mínimo 30% da demanda da merenda da Rede Pública de Ensino por meio da aquisição de alimentos produzidos pela Agricultura Familiar e, assim, cumprir com o que determina a Lei nº 11.947/2009 referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
3	Apoiar o desenvolvimento do importante papel da agricultura familiar no município, garantindo condições básicas para sustentabilidade de suas ações, como: acesso à água para o plantio, assistência técnica, transporte e capacitação aos agricultores e agricultoras familiares de áreas rurais, urbanas e periurbanas.
4	Criar leis de incentivo fiscal a restaurantes e estabelecimentos comerciais que utilizem ou comercializem alimentos da agricultura familiar.
5	Implementar a Reforma Agrária municipal. As prefeituras devem realizar desapropriações baseadas no critério de interesse social (Lei nº 4.132/1962) e com pagamento em espécie para realizar uma reforma agrária, que cumpra a missão de viabilizar a função social das propriedades (art. 170, III da Constituição).
6	Criação e fortalecimento de feiras em espaços públicos para favorecer os circuitos curtos de comercialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar.

13 MEDIDAS PRIORITÁRIAS SUGERIDAS PELA AÇÃO:

7	Criar e/ou ampliar a política de hortas urbanas, com ampliação de áreas cultiváveis, incentivando a agricultura urbana e periurbana.
8	Incentivar e fortalecer os Bancos de Sementes Crioulas, que foram e vêm sendo cultivadas e multiplicadas por famílias agricultoras desde seus antepassados, sem terem passado por processos industriais de melhoramento vegetal, contribuindo para conservação da biodiversidade.
9	Combater o uso e o consumo de agrotóxicos segundo as diretrizes do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA) por meio da criação e fortalecimento de leis municipais.
10	Substituir o direcionamento de incentivos fiscais municipais para produção/comercialização de agrotóxicos para incentivos fiscais direcionados à agricultura familiar e agroecologia.
11	Criar linhas de crédito subsidiadas para os pequenos produtores. Priorizando a produção de base agroecológica, que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 7.794, de 2012.
12	Fortalecer a economia solidária, inclusive de bancos e cooperativas populares para crédito a pequenos agricultores.
13	Criar um fundo municipal de desenvolvimento agrário sustentável.

Acesso à alimentação adequada e saudável

Para que o município possa garantir a segurança alimentar e nutricional de sua população é necessário identificar em seu território as regiões mais vulneráveis e garantir o acesso desta população aos alimentos de qualidade.

A última pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, referente à 2017-2018 também revela que os maiores níveis de insegurança alimentar estão nas regiões Norte e Nordeste, nas áreas rurais, em residências onde as mulheres são as pessoas de referência e com famílias mais nu-

meras, logo, torna-se necessário o atendimento prioritário desta parcela da população.

São regiões com grande necessidade de investimentos em projetos de geração de emprego e renda e, neste sentido, acredita-se que um trabalho de integração de políticas públicas tenha potencial para solucionar esse problema de maneira estrutural. Com isso, são listadas a seguir oito propostas indicadas pela Ação da Cidadania como prioritárias em relação ao acesso à alimentação saudável de toda a população:

“Que deste feijão nasça a consciência, para que chegue o dia em que ninguém mais vai precisar receber doações, porque vai poder ganhar seu sustento com as próprias mãos. Queremos comida, mas também queremos mudanças. Cada um de vocês tem este poder nas mãos, o poder de mudar este país..”

BETINHO



8 MEDIDAS PRIORITÁRIAS SUGERIDAS PELA AÇÃO:

1	Investir em projetos nas temáticas do comércio justo, redes de produção e consumo, economia solidária e moeda social.
2	Produzir diagnósticos sobre a insegurança alimentar no município e compartilhar estes dados de forma transparente para subsidiar estratégias de atuação com prioridade em localidades com grande concentração de insegurança alimentar.
3	Criar, expandir e investir em restaurantes populares e cozinhas comunitárias, abastecidos com produtos da agricultura familiar, garantindo um percentual de produtos orgânicos e de base agroecológica.
4	Implementar e garantir a manutenção de Bancos de Alimentos Municipais, fortalecendo uma política de redução de desperdício em parceria com entidades que atendam famílias em vulnerabilidade social.
5	Comprometer-se com a busca ativa de famílias elegíveis aos programas sociais para inclusão no CadÚnico, tendo como prioridade as comunidades periféricas, população negra, povos e comunidades tradicionais e populações ribeirinhas.
6	Incentivar o consumo de alimentos produzidos pela Agricultura Familiar por meio da distribuição de recursos financeiros para população em estado de insegurança alimentar, como cartões, moedas sociais e tickets para consumo em feiras locais.
7	Criar campanhas de distribuição de mudas e sementes de frutíferas, hortaliças, plantas medicinais e plantas alimentícias não convencionais para incentivar hortas em pequenos espaços e quintais.
8	Efetivar parcerias com organizações da sociedade civil, cedendo espaços públicos para realização de hortas urbanas utilizadas para consumos locais.

Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)

O SISAN foi criado com ampla participação da sociedade civil, uma conquista garantida pela Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346 de 2006, que coloca a alimentação adequada como um direito humano a ser assegurado pelo estado. Um dos objetivos principais é formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional. E como um dos fatores imprescindíveis para

implementação destas políticas, prevê a participação popular, integrando as três esferas do governo, federal, estadual e municipal junto à sociedade civil, com vistas à promoção do acompanhamento, monitoramento e avaliação das mesmas. É importante que todos os municípios façam adesão ao SISAN e, para isso, é imprescindível comprometerem-se com as onze propostas indicadas a seguir:

11 MEDIDAS PRIORITÁRIAS SUGERIDAS PELA AÇÃO:

1

Criar a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do município, que cria o Sistema Alimentar e Nutricional Municipal e garante as instâncias de gestão e participação social a respeito das ações sobre a segurança alimentar e a garantia do direito humano à alimentação adequada no município.

2

Criar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e garantir estrutura e orçamento adequados.

3

Fortalecer o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e o Conselho de Desenvolvimento Rural e garantir a participação da sociedade no controle social.

4

Criar a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional.

5

Aderir ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) para fortalecer a atuação nessas políticas e em programas estratégicos que vão desde o fomento à produção, até à comercialização, distribuição e consumo de alimentos saudáveis.

11 MEDIDAS PRIORITÁRIAS SUGERIDAS PELA AÇÃO:

6	Elaborar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, articulado com recursos previstos no Plano Plurianual e/ou Programa de Metas da Administração Municipal.
7	Criar uma Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional.
8	Criar canais de transparência de informações e prestação de contas sobre as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional de maneira acessível para consulta da população.
9	Fortalecer a lei de acesso à informação e da política de governo aberto municipal, além de implementar a política de dados abertos no município.
10	Criar canais de consulta popular, em que os cidadãos tenham acesso às informações sobre as ofertas das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e possam opinar sobre as mesmas.
11	Fortalecer as ouvidorias municipais.

Educação Alimentar e Nutricional (EAN)

Uma das consequências da má alimentação é a obesidade, que se mostra crescente em territórios vulnerabilizados. Segundo dados do segundo volume da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, divulgada pelo IBGE em 21 de outubro de 2020, um em cada quatro adultos do país estava obeso em 2019. A Segurança Alimentar e Nutricional está diretamente relacionada ao direito humano a uma alimentação adequada e saudável. O consumo do alimento saudável passa por um processo de ligação entre diferentes questões, desde como se produz, como é comer-

cializado, os interesses envolvidos, a cultura etc; e exige uma mudança de hábitos.

O Brasil tem como referências para o desenvolvimento de ações de prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais, o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional, elaborado em 2012. Conheça as oito propostas recomendadas pela Ação da Cidadania em relação à Educação Alimentar e Nutricional nos Municípios.

Obesidade no Brasil

A obesidade entre pessoas com 20 anos ou mais passou de 12,2% para 26,8% entre 2002/2003 e 2019.

61,7% da população adulta brasileira estava com excesso de peso. Entre 2002 e 2003, esse percentual era 43,3%.

Entre as pessoas com 18 anos ou mais, 25,9% estavam obesas, totalizando 41,2 milhões.

Um em cada cinco adolescentes com idades entre 15 e 17 anos estava com excesso de peso.

Cerca de um terço das pessoas de 18 a 24 anos estavam com excesso de peso e entre as pessoas de 40 a 59 anos, a proporção chegava a 70,3%.

Dados do segundo volume da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, divulgada pelo IBGE em 21 de outubro de 2020.

8 MEDIDAS PRIORITÁRIAS SUGERIDAS PELA AÇÃO:

1	Criar e fortalecer os processos educativos em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em espaços e equipamentos públicos, conforme orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira, e incluir a criação de Hortas e Cozinhas Comunitárias em prefeituras, escolas, postos de saúde, presídios, abrigos, centros de recuperação, CRAS e CREAS.
2	Incentivar a criação de Leis que desestimulem o consumo de ultraprocessados e a venda destes alimentos em escolas e seus entornos.
3	Promover a criação de leis de incentivo à comercialização de alimentos saudáveis em espaços públicos de cultura, lazer e outros de alta circulação da população.
4	Promover campanhas e ações educativas que estimulem o consumo de produtos agroecológicos e orgânicos. E garantir publicidade aos locais de oferta.
5	Promover campanhas de informação e incentivo à alimentação saudável específicas para crianças desde a amamentação.
6	Criar leis de incentivo à prática da compostagem de resíduos sólidos orgânicos domésticos e fortalecer hábitos de destinação de compostos para áreas de plantio.
7	Fomentar o desenvolvimento de editais culturais que estimulem ações voltadas para valorização da cultura alimentar.
8	Incluir o Dia Mundial da Alimentação no calendário da cidade, estimulando a realização de atividades educativas criativas integrando diferentes secretarias.

5

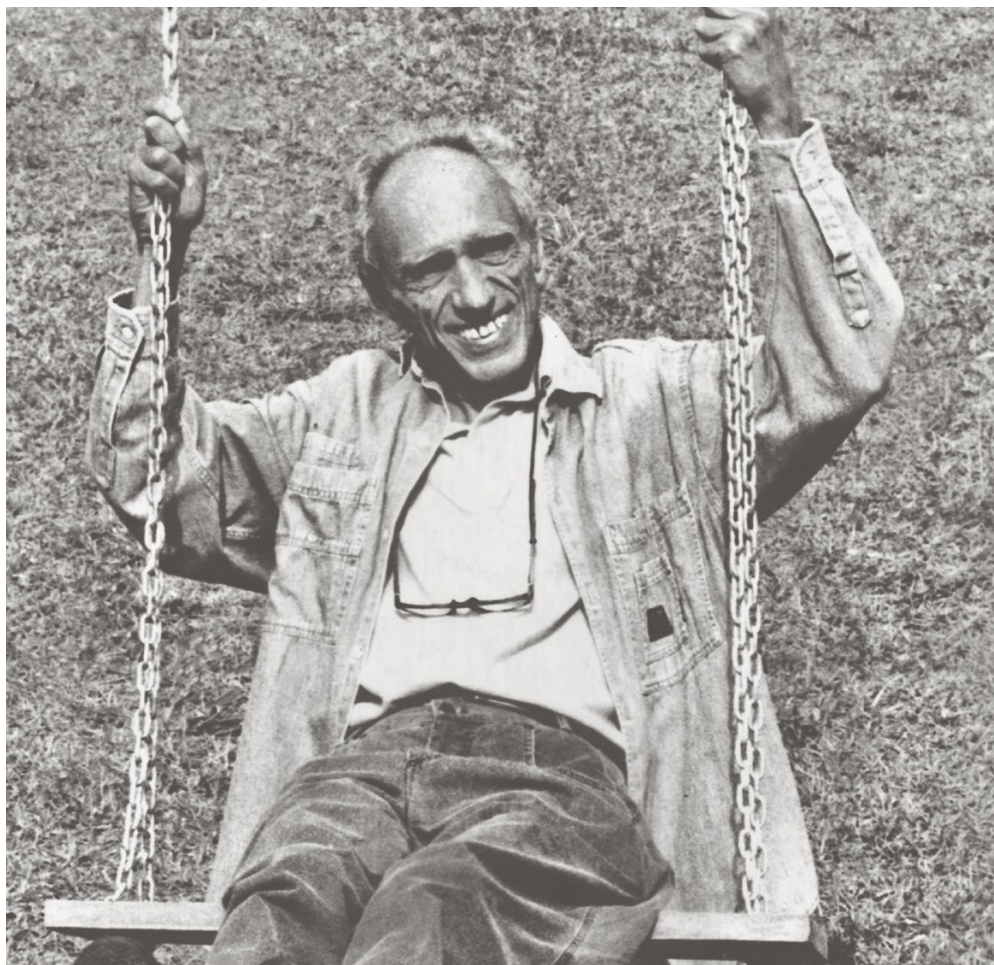
Conclusão

Para Betinho, não existia maior violência que a fome. A Ação da Cidadania ajudou a retirar o país do Mapa da Fome da ONU, em 2014, com mobilização social e atuando em duas dimensões: a emergencial - arrecadando e distribuindo toneladas de alimentos, pois quem tem fome, tem pressa; e o desenvolvimento de ações estruturais - tensionando a gestão pública para o desenvolvimento de políticas que colocassem a erradicação da fome como prioridade nos programas de governo. O legado do Betinho afirma a possibilidade de erradicação da fome unindo todos os cidadãos e cidadãs.

Reforçamos que a partir de 2016, apenas dois anos após o país sair do Mapa da Fome da ONU, devido ao congelamento dos gastos públicos por 20 anos, ao desmonte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, à extinção do CONSEA, ao grande incentivo ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar, produtora de 70% dos alimentos saudáveis para a população brasileira, à invasão das terras indígenas e de povos tradicionais e quilombolas, à má distribuição de terras e com o aumento da desigualdade social, voltamos ao índice de 4,6% da população vivendo em estado de insegurança alimentar grave em 2018. O índice de 5% indica a volta do país ao Mapa da Fome.

Por tudo isso, que tem feito as riquezas deste país serem vendidas, a soberania alimentar ser destruída, povos tradicionais serem distanciados de suas culturas, terras serem queimadas e águas contaminadas, convidamos toda sociedade, eleitoras, eleitores, candidatas e candidatos eleitos(os) a somarem uma grande força em direção à erradicação da fome e pela soberania e segurança alimentar e nutricional de nossos povos.

Por todos os povos, façamos valer cada proposta apresentada na Agenda Betinho e acreditemos na força do que podem realizar os municípios.



“

A alma da
fome é política.

BETINHO

Equipe Ação da Cidadania

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Daniel Carvalho de Souza

Vice-Presidente

Francisco Antônio de Fonseca Menezes

Secretária

Nádia Maria Rebouças de Carvalho

CONSELHO FISCAL

Presidente

Cesar Bernardo Simões Brandão

Vice-Presidente

Antônio Lyda Paganelli

Secretária

Jeniffer Barboza

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Rodrigo Afonso

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

Ruth Almeida

Paulo Soares

COORDENAÇÃO DE ADVOCACY

Ana Paula P. Souza

Francisco Menezes

Grazielle David

COORDENAÇÃO DE PROJETOS

Jeniffer Barboza

COORDENAÇÃO CULTURAL

Ruth Almeida

José Miguel

COORDENAÇÃO SOCIAL

Ana Paula P. Souza

Carlos Antonio da Silva

Norton Tavares

Tatiane Duarte

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Luciana Alves

Diego Cotta

Caroline Gomes

Stephanie Gracie

COORDENAÇÃO DA PUB

Ana Paula P. Souza

Jeniffer Barboza

Rodrigo Afonso

PESQUISA E EDIÇÃO

Ana Paula P. Souza

Grazielle David

Jeniffer Barboza

PROJETO GRÁFICO

Stephanie Gracie

REVISÃO

Diego Cotta

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. “10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave”, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. “Um em cada quatro adultos do país estava obeso em 2019; Atenção Primária foi bem avaliada”, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29204-um-em-cada-quatro-adultos-do-pais-estava-obeso-em-2019>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. “Guia Alimentar para a População Brasileira”, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

CLARK, Giovani, CORRÊA, Leonardo Alves e NASCIMENTO, Samuel Pontes. A reforma agrária municipal e os bloqueios do neoliberalismo regulador. Arquivo Jurídico - ISSN 2317-918X - Teresina-PI - v.2 - n. 1 - p. 18-40. 2015.

FAO, FIDA e PMA. 2014. O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo, 2014. Fortalecimento de um ambiente favorável para a segurança alimentar e nutrição. Roma, FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4037o.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

SILVA, Sandro Pereira. A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2014. Rio de Janeiro.

7

Referências



Ação da Cidadania © 2020

Associação Comitê Rio da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida
Avenida Barão de Tefé, 75, Saúde
(21) 2233-7460
CNPJ: 00.346.076/0001-73

www.acaodacidadania.org.br
contato@acaodacidadania.org.br